



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Relatório de Informações Gerenciais
Setorial (RIGER) – 1º SEMESTRE
2022**

**DIRETORIA GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E
FINANÇAS (DGPCF)**

	RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) 1º SEMESTRE 2022 DIRETORIA GERAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS (DGPCF)	
	Período de Referência: 1º Semestre de 2022	Emitido em: Julho de 2022

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

SUMÁRIO

1.INFORMAÇÕES PARA O TJERJ EM NÚMEROS	3
2.PROGRESSO DO PROJETO ESTRATÉGICO	5
3.QUADRO DE BORDO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS	10
4.SITUAÇÃO DAS METAS NACIONAIS	16
5.PRINCIPAIS REALIZAÇÕES.....	17
6.AÇÕES PENDENTES DE REALIZAÇÃO	20
7.DESTAQUES DE ECONOMICIDADE	21
8.SITUAÇÃO DOS RECURSOS	22
9.CONCLUSÃO / COMENTÁRIOS GERAIS	23
10.ANEXO I – PLANILHAS DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS	26



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

1. INFORMAÇÕES PARA O TJERJ EM NÚMEROS

ORÇAMENTO E FINANÇAS	ACUMULADO ATÉ JUNHO/2022	
Fonte: DGPCF		
ORÇAMENTO (2022):		
Fonte 100/101 (TJ):	R\$	4.089.549.333,00
Fonte 230 (TJ):	R\$	723.051.000,00
Fonte 232 (FETJ):	R\$	958.013.000,00
Fonte 232 (FUNARPEN):	R\$	52.775.773,00
DESPESAS (TOTAL ATÉ JUNHO/2022)		
Fonte 100 (TJ):	R\$	1.897.575.215,21
Fonte 230 (TJ):	R\$	307.710.994,13
Fonte 232 (FETJ):	R\$	362.408.079,67
Fonte 232 (FUNARPEN):	R\$	24.565.961,20
RECEITA (TOTAL ATÉ JUNHO/2022)		
Fonte 100 (TJ):	R\$	1.897.575.215,21
Fonte 230 (TJ):	R\$	484.254.481,45
Fonte 232 (FETJ):	R\$	709.588.526,96
Fonte 232 (FUNARPEN):	R\$	28.768.558,57
<i>Fonte 100 (TJ): Não há apropriação de receita, apenas transferência do Tesouro para pagamento da Folha de Ativos do PJERJ. São recursos do Estado do Rio de Janeiro, destinados ao pagamento de magistrados e servidores ativos. O Rio Previdência realiza o pagamento da folha de inativos.</i>		
<i>Fonte 232 (FETJ): Fundo Especial do Tribunal de Justiça.</i>		
<i>Fonte 232 (FUNARPEN): Fundo de Apoio aos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais.</i>		
<i>Fonte 230 (TJ): Recursos Próprios.</i>		



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

PESSOAL

Fonte: DGPCF-ASTEC



- **Despesa Líquida com Pessoal (Fonte 100): R\$ 3.333.394.017,59 (publicada no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 1º quadrimestre de 2022)**
- **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL: R\$ 91.067.422.328,56 (publicada no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 1º quadrimestre de 2022)**
- **% Limite LRF: 3,66% (publicado no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 1º quadrimestre de 2022)**

Obs: Para o cálculo da Despesa Líquida com Pessoal, a partir do RGF do 3º quadrimestre de 2021 foi incluída a Despesa com Pessoal Inativo e Pensionistas não compensada com recursos vinculados. Portanto, do total apurado de R\$ 3.333.394.017,59, R\$ 2.895.180.635,67 correspondem à Despesa Líquida com Pessoal Ativo e R\$ 438.213.381,92 correspondem à Despesa com Pessoal Inativo e Pensionistas não compensada com recursos vinculados.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - 1º SEMESTRE 2022

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

CUSTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - RESOLUÇÃO CNJ 70/2009			
PERÍODO	CUSTO DO PERÍODO 1	PROCESSOS BAIXADOS2	CUSTO UNITÁRIO DO PROCESSO NO PERÍODO
p	(a)	(b)	(c) = (a)/(b)
JANEIRO/DEZEMBRO 2018			
Total	4.440.067.674,37	2.722.190	1.631,06
Notas:			
1 Custo do Período = Custeio (Fontes 232 e 230) + Pessoal (Fonte 100) + Depreciação. Fonte: RAC			
2 Quantitativo de processos (1ª e 2ª Instâncias). Fonte: DGJUR/DEIGE (Resolução CNJ 76/2009)			
Metodologia:			
(c) = (a)/(b)			

Vale destacar mais uma vez, conforme informado no Relatório de Informações Gerenciais 2021 da DGPCF, que o período de 2019 em diante será processado pela nova plataforma, GRP-Custos, que já iniciou as operações em ambiente de produção, e tão logo esteja concluída e estabilizada, será dado prosseguimento à informação de custos.

2. PROGRESSO DO PROJETO ESTRATÉGICO (planejamento e resultado acumulado até o período de referência do relatório)



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

O Projeto Estratégico visa a implantação do GRP - Government Resource Planning, uma ferramenta de suporte integrado às gestões de orçamento, finanças e de contabilidade, envolvendo o planejamento, bem como o controle das ações planejadas, quer no âmbito da execução orçamentária (as mutações do orçamento), quer no âmbito da execução financeira (acompanhamento da evolução das receitas e despesas), além de permitir a prospecção de cenários; a execução financeira em todas as suas fases; e a realização das ações e lançamentos contábeis pertinentes e a contabilidade de custos.

Iniciado em 2019, foi severamente afetado por fatos supervenientes advindos do quadro pandêmico da COVID19. Sendo necessário aditivar o contrato alterando-se o cronograma de execução em 2020, em 2021 e, por último em 2022, haja vista a necessidade de novo realinhamento dos prazos para finalizar o serviço de implantação do novo sistema.

Importante registrar que alguns riscos não identificados durante os levantamentos iniciais para concepção do projeto contribuíram para que a virada de chave entre os sistemas SOF e GRP tivesse sua data postergada com o fito de evitar solução de continuidade.

Algumas medidas foram levadas a termo para mitigar os riscos advindos do adiamento da virada de chave, quais sejam:

- Monitoramento de todas as reuniões técnicas e fazer intervenções pontuais para solucionar pendências e não conformidades identificadas pelos usuários do GRP nas áreas de negócio do TJERJ;
- Realinhamento das datas do cronograma operacional com previsão de conclusão da etapa 4 para 14/07/2023;



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Utilização do módulo REINF para cumprir obrigação legal imposta pela receita federal (utilização parcial do GRP a partir do dia 1.º de abril)
- Substituição definitiva do PGP (Planejamento Estratégico) em Excel pela utilização do Módulo PGP no sistema GRP;
- Aumento do esforço de trabalho presencial da contratada Pólís que sem ônus para o contrato, aumentou o efetivo de colaboradores de suporte técnico para atuarem na operação assistida, visando dar celeridade e pronto atendimento as demandas protocolizadas.
- Aditivo para prorrogação de prazos tramitando nos autos SEI n.º.2021-0666600 (Autos Administrativo n.º 2016-160136 - processo originário que foi digitalizado);

Além das medidas retro mencionadas, após deliberação pela equipe de implantação do projeto e aprovação do Diretor Geral, foi definido o seguinte calendário:

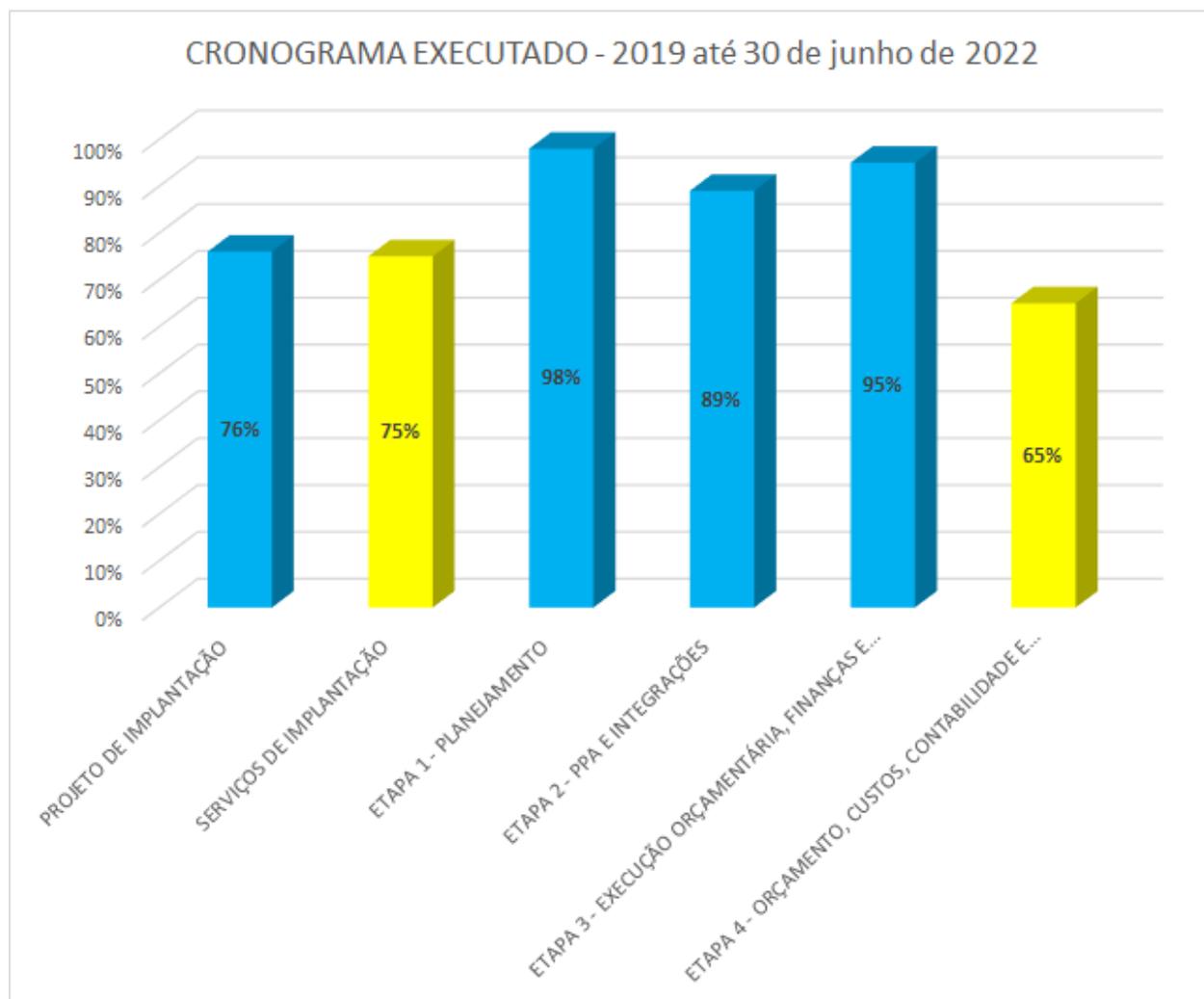
- Desligamento do SOF em 29/04/2022 (permanece aberto apenas para consulta e pontualmente para fechamento da competência abril/2022);
- Virada de chave entre os sistemas para uso efetivo do GRP em 02/05/2022;
- Após a virada de chave todos os lançamentos são realizados exclusivamente no GRP, ficando os demais sistemas apenas para consulta (EXCEÇÃO > o sistema RAC poderá ser desligado até o final do mês de setembro do corrente exercício).

Ressalte-se que o percentual de execução apurado no sistema GRP está em 61,7% do projetado para o biênio 2021/2022.



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Em face ao cumprimento do cronograma ajustou-se o Plano de Virada de chave para desligamento dos atuais sistemas e a entrada em produção do GRP no fim do 1.º quadrimestre do corrente exercício de 2022. No gráfico a seguir verifica-se os percentuais de cumprimento do cronograma desde o início do projeto até 30/06/2022.



*As etapas em amarelo são as mais impactadas em face as restrições da pandemia e estão sob rígido monitoramento para cumprimento do ajuste.

SITUAÇÃO NO PERÍODO

**RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - 1º SEMESTRE 2022**

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

NOME DO PROJETO	Planejado (% Acumulado até o momento)	Realizado (% Acumulado até o momento)	Comentário (Concluído / Em dia / Atrasado. Mencionar as ações atrasadas)
Modernização da Gestão Fiscal do PJERJ- Continuação (Processo TJ nº 160.136/2016)	100%	76%	<p>ANÁLISE CRÍTICA:</p> <p>1 – Avanço no percentual de execução de 54,38%(mês anterior) para 61,7% do projetado para o biênio 2021/2022;</p> <p>2 - Realinhamento das datas de conclusão da etapa 4 em face a mitigação dos riscos nas integrações externas (SIAFI/SEPLAG/SISTEMA PAGFOR (BRADESCO), conforme cronograma operacional do cronograma de monitoramento;</p> <p>3 - Aumento da utilização do Módulo PGP (Planejamento Estratégico);</p> <p>AÇÕES GERENCIAIS:</p> <p>1 – Considerando-se o percentual de execução de 61,70% (mês atual) continuar o monitoramento de todas as reuniões técnicas e fazer intervenções pontuais para solucionar pendências e não conformidades identificadas pelos usuários do GRP nas áreas de negócio do TJERJ;</p> <p>2 - A contratada Polis aumentou presencialmente o efetivo de colaboradores do suporte técnico, operação assistida, visando dar celeridade e pronto atendimento as demandas protocolizadas;</p> <p>3 - Tratativas institucionais, levadas a termo pelo Diretor Geral da DGPCF para</p>

**RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - 1º SEMESTRE 2022**

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

NOME DO PROJETO	SITUAÇÃO NO PERÍODO		
	Planejado (% Acumulado até o momento)	Realizado (% Acumulado até o momento)	Comentário (Concluído / Em dia / Atrasado. Mencionar as ações atrasadas)
			<p>impulsionar as integrações externas do GRP e, caso seja necessário, a intervenção da Administração Superior a nível institucional;</p> <p>4 - Aditivo para prorrogação de prazos, efetivado em razão da dificuldade na continuidade da execução do cronograma; tramitando nos autos SEI n.º.2021-0666600 (Autos Administrativo n.º 2016-160136 - processo originário que foi digitalizado);</p> <p>5 - Desligamento do SOF em 29/04/2022 (permanecerá aberto apenas para consulta e pontualmente para fechamento da competência abril/2022);</p> <p>6 - Virada de chave entre os sistemas para uso efetivo do GRP em 02/05/2022;</p> <p>7 - Deliberado que após a virada de chave todos os lançamentos serão realizados exclusivamente no GRP, ficando os demais sistemas apenas para consulta (EXCEÇÃO > o sistema RAC poderá ser desligado até o final do mês de setembro do corrente exercício);</p> <p>8 - Migração dos cronogramas em Excel para o módulo PGP no sistema GRP.</p>

3. QUADRO DE BORDO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

3.1- INDICADORES ESTRATÉGICOS									
GRÁFICO	COMENTÁRIO								
<p>RESULTADO NO PERÍODO - 2º Trimestre/2021</p> <table border="1"><thead><tr><th>Categoria</th><th>Valor</th></tr></thead><tbody><tr><td>LINHA DE BASE (2020)</td><td>44,12%</td></tr><tr><td>RESULTADO ATUAL</td><td>9,04%</td></tr><tr><td>META</td><td>100,00%</td></tr></tbody></table>	Categoria	Valor	LINHA DE BASE (2020)	44,12%	RESULTADO ATUAL	9,04%	META	100,00%	<p>Admitindo-se como parâmetro um percentual de execução de 25% para cada trimestre, bem como um desvio de 5 p.p. para mais ou para menos, o nível de execução ao final desse 2º trimestre deveria se situar entre 45% a 55%.</p> <p>Através dos dados apurados em julho de 2022, com faturamentos atualizados, na sua grande maioria, até o mês de maio de 2022, depreende-se que o valor total liquidado atingiu o percentual de 19,93% do valor total da dotação prevista para os projetos estratégicos, não se alcançando, assim, a meta estabelecida de 50%.</p> <p>Ressalta-se que a referida execução é sobremaneira influenciada pela inexecução do Projeto Estratégico Atualização do Parque Tecnológico (continuidade), o qual representa 47,90% do valor total previsto do PAG 2021/2022, em 2022, e apresentou execução de 14,15% em relação ao valor previsto, este influenciado sobremaneira pela inexecução do valor total previsto da ação de Aquisição de Microcomputadores, Scanners, Servidores x86 Blade, Switches de pequeno porte e de Solução Backup; bem como pela inexecução das Ações Operacionais relacionadas às obras, que corresponde a 10,61% do valor total previsto do PAG 2021/2022, em 2022 e, até o presente momento, não apresentou execução, sendo este influenciado pela inexecução do valor total previsto das seguintes ações: Climatização das Centrais de Água Gelada CAG da Lâmina I e Construção de Prédios para o Núcleo</p>
Categoria	Valor								
LINHA DE BASE (2020)	44,12%								
RESULTADO ATUAL	9,04%								
META	100,00%								



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

3.1- INDICADORES ESTRATÉGICOS	
GRÁFICO	COMENTÁRIO
	de Atendimento Integrado - NAI, Vara da Infância e da Juventude - VIJ, Vara de Execução de Medidas Socioeducativas - VEMSE e do Departamento de Transportes - DETRA. Obs: Valores liquidados extraídos do SIAFE- RJ - posição 12/07/2022.

3.2 - TRANSPARÊNCIA INSTITUCIONAL – DGPCF INDICADORES DISPONIBILIZADOS - DGPCF Portaria CNJ nº 106, de 31 de março de 2022- Ranking da Transparência do Poder Judiciário – Ano 2022-

A DGPCF realinhou os indicadores em função da nova Portaria CNJ nº 106/2022, que estabelece os critérios e os itens que serão avaliados no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, ano 2022, e as unidades orgânicas do Conselho Nacional de Justiça responsáveis por avaliar as informações veiculadas na internet pelo respectivo Tribunal.

Abaixo, apresentamos Relatório enviado ao DEGEP em resposta ao CNJ (*correspondência eletrônica de 19/04/2022*), com o detalhamento dos seguintes itens: 6, 36, 37, 38, 39, 40, 42 e 72, conforme descrito:

Item 6: Item compartilhado com outras Unidades. Cabendo apenas atualizar o link do Plano de Ação Governamental-PAG:

<http://www.tjrj.ius.br/web/guest/transparencia/plano-de-acao-governamental>



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - 1º SEMESTRE 2022

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Execução Orçamentária atualizada e disponível no link abaixo:

<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/relatorios/execucao-orcamentaria/execucao-orcamentaria>

Item Avaliado no Site	Fundamento	Ponto	Unidade TJRJ	Atende? Sim/Não	Link de Comprovação
GESTÃO					
O órgão publica:					
6 - Os dados gerais para o acompanhamento de programas, ações e projetos?	Boas práticas	3	DEGEP/ DGPCF/ DGCOL/ DGLOG	SIM	http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/plano-de-acao-governamental/2021-2022

Item 36 - sem alterações e ratificado:

Item Avaliado no Site	Fundamento	Ponto	Unidade TJRJ	Atende? Sim/Não	Link de Comprovação
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA					
O órgão publica:					
36 - Mensalmente, os dados de sua gestão orçamentária e financeira na forma do Anexo I da Resolução CNJ n.º 102/2009? (Não se aplica ao CSJT)	Art. 6.º, VII, "a", da Resolução CNJ n.º 215/2015, c/c a Resolução CNJ n.º 102/2009.	2	DGPCF	SIM	http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/anexos-resolucoes-cnj/anexos-i-resolucoes-cnj/anexos-i-resolucoes-cnj

Item 37: sem alterações e ratificado:

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA					
O órgão publica:					
37 - Mensalmente, os dados de sua gestão orçamentária e financeira na forma do Anexo II da Resolução CNJ n.º 102/2009? (Não se aplica ao CSJT)	Art. 6.º, VII, "a", da Resolução CNJ n.º 215/2015, c/c a Resolução CNJ n.º 102/2009.	2	DGPCF	SIM	http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/anexos-resolucoes-cnj/anexos-ii-resolucoes-cnj/anexos-ii-resolucoes-cnj

**RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - 1º SEMESTRE 2022**

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Item 38: Link atualizado para:

<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/resolucao-cnj-n-195-2014/2022>

Item Avaliado no Site	Fundamento	Ponto	Unidade TJRJ	Atende? Sim/Não	Link de Comprovação
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA					
O órgão publica:					
38 – A íntegra da lei orçamentária ou do quadro de detalhamento da despesa com a distribuição dos recursos por grau de jurisdição? (Não se aplica ao TSE, TREs, CSJT e CNJ)	Art. 4º, II, da Resolução CNJ n.º 195/2014.	3	DGPCF	SIM	http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/resolucao-cnj-n-195-2014/2022

Item 39: Link atualizado para:

<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/resolucao-cnj-n-195-2014/2021>;

Item Avaliado no Site	Fundamento	Ponto	Unidade TJRJ	Atende? Sim/Não	Link de Comprovação
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA					
O órgão publica:					
39 – O Mapa Demonstrativo da Execução Orçamentária do ano anterior, com indicação das despesas realizadas com o primeiro e o segundo graus de jurisdição? (Não se aplica ao TSE, TREs, STJ, CF, CSJT, e CNJ)	Art. 9º da Resolução CNJ n.º 195/2014.	3	DGPCF	SIM	http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/resolucao-cnj-n-195-2014/2021

Item 40: Link atualizado para:

<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/relatorios/gestao-fiscal/gestao-fiscal-inicial/2021>;

Item Avaliado no Site	Fundamento	Ponto	Unidade TJRJ	Atende? Sim/Não	Link de Comprovação
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA					
O órgão publica:					
40 – O ‘Relatório de Gestão Fiscal’? (Não se aplica ao CSJT)	Art. 55, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.	1	DGPCF	SIM	http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/relatorios/gestao-fiscal/gestao-fiscal-inicial/2021



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - 1º SEMESTRE 2022

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Item 42: Sem alterações e ratificado:

Item Avaliado no Site	Fundamento	Ponto	Unidade TJRJ	Atende? Sim/Não	Link de Comprovação
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA					
O órgão publica:					
42 – No site a relação dos contratados, com os respectivos valores pagos nos últimos três anos, exceto os sigilosos, nos termos da legislação?	Art. 128 da Lei n.º 13.898/2019.	2	DGPCF		http://www.tjrj.jus.br/web/guest/valores-pagos-aos-contratados-resolucoes-cnj-n-215-2015-e-265-2018-item-19

Item 72: Sem alteração no link:

Item Avaliado no Site	Fundamento	Ponto	Unidade TJRJ	Atende? Sim/Não	Link de Comprovação
GESTÃO DE PESSOAS					
O órgão publica o Anexo IV da Resolução CNJ n.º 102/2009, indicando especificamente os dados requeridos para:					
72 – Mensalmente, as diárias e passagens concedidas, por nome e cargo do favorecido, além da data, o destino, o motivo da viagem e o valor das diárias pagas e dos bilhetes emitidos?	Art. 3.º, VI, da Resolução CNJ n.º 102/2009.	3	DGPCF / ASCER		http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/relatorios/resolucao-cnj-n-102-2009

Cabe observar que o Portal da Transparência do Tribunal de Justiça, desde fevereiro de 2009 e de acordo com a Resolução nº 102/2009 do Conselho Nacional de Justiça-CNJ, divulga dados atualizados sobre gestão, financeira, orçamentária e contábil, seguindo assim, a Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), especificada no âmbito do Judiciário Brasileiro pela Resolução nº 151 do Conselho Nacional de Justiça.

A DGPCF, disponibiliza na página do PJERJ, informações atinentes a sua área de atuação, quais sejam, planejamento, orçamentário, financeiro e contábil, na transparência institucional. As informações estão alinhadas por tópicos, como por exemplo: Relatórios de Execução orçamentária, fiscal, Gestão Fiscal, Pagamento a



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

fornecedores, bem como o Orçamento Anual, Plano de Ação Governamental- PAG, entre outros, que podem ser acessados link abaixo:

<http://www.tjrj.jus.br/web/quest/transparencia/apresentacao>

Cabe ainda mencionar que diversos relatórios da DGPCF estão disponibilizados na Transparência Institucional do PJERJ , entre os quais podemos citar como exemplo os contidos nos acessos abaixo:

Relatórios

- [Execução Fiscal](#)
- [Execução Orçamentária](#)
- [Gestão Fiscal do PJRJ](#)
- [Pagamento a Fornecedores - Quadro Detalhado \(ITEM 19\)](#)
- [Relatório Gerencial](#)
- [Resolução CNJ nº 154/2012- Art. 4º](#)
- [Resolução CNJ nº 102/2009 - Art. 3º , VI - \(DIÁRIAS\)](#)
- [Resolução CNJ nº 265/2018 \(Relatório Previdenciário\) – ITEM 32](#)
- [LAI- Lei Federal nº 12.527/2011 Art. 8º, § 1º, Inciso II- TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FINANCEIROS](#)
- [LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 – ART 9º \(ITEM 17-CNJ\)](#)

4. SITUAÇÃO DAS METAS NACIONAIS

METAS	RESULTADOS (% Acumulado até o momento)
<NÃO APLICÁVEL>	



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

5. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

a) ARRECADAÇÃO DE VALORES - DÍVIDA ATIVA (EXECUÇÃO FISCAL):

Visando a efetiva arrecadação dos valores de custas e taxa judiciária em processos de execução fiscal, o Tribunal utiliza atualmente quatro tipos de guias compartilhadas, quais sejam: O DARM compartilhado com o Município do RJ, o DARJ compartilhado com o Estado do RJ, um boleto bancário compartilhado e a GRERJ compartilhada.

No 1º semestre do ano de 2022, tivemos um aumento de 11,63% na arrecadação deste segmento, em comparação com o 1º semestre do ano de 2021, conforme se observa no quadro abaixo:

RECEITAS RECUPERADAS PROVENIENTES DA EXECUÇÃO FISCAL			
1º SEM	2022	2021	Varição %
TOTAL	38.420.291,27	34.416.417,97	11,63%

Obs.: Nos totais acima, constam somente os Municípios que formalizaram Convênio de Reciprocidade com este TJERJ

b) ARRECADAÇÃO - COBRANÇA

No ano de 2021, tivemos uma recuperação da arrecadação da cobrança administrativa, comparando com a queda referente à pandemia, havendo um aumento de aproximadamente 155%. No 1º semestre do ano de 2022,



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

tivemos uma queda de 9,29% neste segmento da arrecadação, conforme se observa no quadro abaixo:

Valores recebidos através da Cobrança Administrativa			
1º SEM	2022	2021	Varição %
Arrecadação SECOB - Judicial	6.247.923,45	7.671.959,02	-18,56%
Arrecadação SECAE - Extrajudicial	1.934.472,63	1.348.403,74	43,46%
Total	8.182.396,08	9.020.362,76	-9,29%

- c) Substituição definitiva do PGP (Planejamento Estratégico) em Excel pela utilização do Módulo PGP no sistema GRP;
- d) Desligamento do Sistema SOF em 29/04/2022 (permanece aberto apenas para consulta e pontualmente para fechamento da competência abril/2022) e virada de chave entre os sistemas para uso efetivo do GRP (ferramenta de suporte integrado às gestões de orçamento, finanças e de contabilidade - Projeto Estratégico) em 02/05/2022;
- e) Recente implementação do PAC (Plano Anual de Contratações), neste PJERJ, para 2023, em cumprimento à Resolução nº 347 CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e do Ato Normativo nº 03/2022 o que implicou em um novo processo de trabalho implantado a partir de março na ASPLO/DGPCF
- f) Monitoramento e gestão contínua da despesa com pessoal ativo do PJERJ, bem como da Receita Corrente Líquida do Estado do Rio de Janeiro, com vistas ao respeito aos limites de gastos impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- g) Monitoramento da recuperação da Receita Corrente Líquida do Estado do Rio de Janeiro após os abalos sofridos em decorrência da crise financeira, econômica e fiscal decorrente da Pandemia da Covid-19;**
- h) Monitoramento e gestão contínua da despesa com benefícios pagos a magistrados e servidores, bem como da receita que financia os mesmos, objetivando a manutenção do equilíbrio financeiro da fonte de recursos correspondente;**
- i) Monitoramento dos efeitos gerados pela reversão de tendência da Taxa Selic com as últimas altas impostas pelo Comitê de Política Monetária e seus efeitos sobre a receita que financia o pagamento dos benefícios a Magistrados e Servidores, subsidiando a Alta Administração na tomada de decisão com relação à renovação do contrato de prestação de serviços financeiros prestado por instituição financeira;**
- j) Aprimoramento na análise dos processos de aquisições de materiais sob a ótica da economicidade com realização de reuniões com o Departamento de Engenharia e melhorias na Planilha de Avaliação da Quantidade;**
- k) Aprimoramento na análise dos processos de aquisições de materiais sob a ótica da economicidade com realização de reuniões com o Departamento de Engenharia e melhorias na Planilha de Avaliação da Quantidade.**
- l) Participação em Grupo de Trabalho criado para concepção e elaboração do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários - PCCS dos Servidores, subsidiando a Administração Superior no deferimento da medida;**
- m) Elaboração de estudo de impacto orçamentário e financeiro relativo ao novo PCCS dos Servidores, subsidiando a Administração Superior na condução e aprovação da medida junto ao Órgão Especial do TJERJ e Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. O projeto de lei foi votado e aprovado, resultando na Lei n 9748/2022;**



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- n) **Elaboração de estudo de impacto orçamentário e financeiro relativo à conversão em pecúnia, por parte dos servidores, do saldo de até 90 dias de licença-prêmio, subsidiando a Administração Superior no deferimento da medida;**
- o) **Elaboração de estudo de impacto orçamentário e financeiro relativo à conversão em pecúnia do saldo de até 30 (trinta) dias de férias por cada servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, exclusivamente comissionado e requisitados, subsidiando a Administração Superior no deferimento da medida;**
- p) **Elaboração de estudo de impacto orçamentário e financeiro relativo à convocação e provimento de cargos na carreira de servidores, subsidiando a Administração Superior no deferimento da medida;**
- q) **Considerando as medidas adotadas por esta Diretoria Geral, em ações coordenadas com as demais Unidades Organizacionais envolvidas nos procedimentos que visam o recebimento de valores devidos pelas empresas contratadas por este Poder Judiciário, por inexecução ou inadimplemento de obrigações contratuais, cumpre informar que no 1º semestre de 2022, houve um ingresso no valor de R\$ 52.439,62 (cinquenta e dois mil, quatrocentos e trinta e nove reais e sessenta e dois centavos) na conta do Fundo Especial do Tribunal de justiça – FETJ;**
- r) **Prestações de contas de ordenadores e de tesoureiros aprovadas pelo Núcleo de Auditoria Interna - NAI deste Tribunal e encaminhadas ao E. TCE. Na mesma linha, seguiram os Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao terceiro quadrimestre de 2021 e primeiro quadrimestre de 2022.**

6. AÇÕES PENDENTES DE REALIZAÇÃO (demandas não concluídas no período de referência, excluídas as dos projetos)



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- 6.1 Retomar o processamento da informação de custos, que sofreu solução de continuidade devido a problemas técnicos do Setor de Informática deste PJERJ, por meio do Projeto Estratégico de Modernização da Gestão Fiscal, com a implementação do Módulo de Custos do ERP-DGPCF.**
- 6.2 Com o início das operações do Novo Sistema de Gestão Fiscal, Orçamentária e Contábil (GRP), a partir do dia 02/05/2022, conforme Avisos TJ nº 38 e 39, nos encontramos em fase de estabilização das funcionalidades e rotinas, a saber, liquidação, regras de rateio, métricas e relatórios, para fins de regularização do processamento das informações de custos.**
- 6.3 Dar continuidade as tratativas com os Municípios do Estado do Rio de Janeiro, para divulgação da GRERJ Eletrônica Tributária (DEGAR);**
- 6.4 Com a instalação da Assessoria de Análise e Cálculo de Precatórios e Exame das Prestações de Contas- ASCAP (26/10/2018), com atribuições afetas as prestações de contas, precatórios (vide letras: “h” e “i” do item 5), não foi estimado o quantitativo ideal de pessoal, salientando-se que as mencionadas tarefas são oriundas em parte do NAI, e DECAN/DGLOG, necessitando assim, de implementação/elaboração de novas Rotinas Administrativas – RADS (ASCAP). As rotinas estão em fase de finalização;**
- 6.5 Plataforma online e-Social e Módulo EFD-Reinf (Sped) - em fase de implementação.**

7. DESTAQUES DE ECONOMICIDADE

7.1- Assessoria Técnica – ASTEC:



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

A análise de economicidade dos processos de aquisição e de contratações de serviços, é uma atividade contínua da Assessoria Técnica da DGPCF, se mostrando efetiva no atendimento às diretrizes da E. Presidência visando ao contingenciamento de despesas e otimização dos recursos orçamentários, bem como o constante aperfeiçoamento dos procedimentos de gestão pública no tocante à execução das contratações de serviços e aquisição de bens.

Neste 1º semestre, foram reforçados os contatos com as diversas áreas deste Tribunal a fim de aprimorar as análises dos processos para melhor subsidiar a Administração Superior na tomada de decisão do prosseguimento das futuras aquisições e contratações, como, por exemplo, o aperfeiçoamento da Planilha de Avaliação da Quantidade com o Departamento de Engenharia deste Tribunal.

A ampliação das matérias tratadas no Sistema SEI (Processo Administrativo Eletrônico) ao longo do exercício de 2021 e no primeiro semestre de 2022, proporcionou significativa redução com gasto de papel, capas de processo, tinta para impressão, etiquetas, canetas, borrachas, entre outros materiais de expediente.

8. SITUAÇÃO DOS RECURSOS

Tópicos				Observações
Pessoal		x		Quanto a atual situação dos recursos humanos na DGPCF, o quantitativo efetivo de servidores e colaboradores atende em parte a esta DGPCF, eis que há carência de servidores e colaboradores terceirizados, em especial, no DEFIN, no Departamento de Gestão de Arrecadação, que possui um enorme acervo de processos físicos



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

				em tramitação e presta atendimento presencial a grande contingente de público e na ASCAP, em razão do grande acervo a ser examinado e instruído, relativamente às prestações de contas de Convênios celebrados com entes da Administração Pública e Termos de Colaboração celebrados entre este Poder Judiciário e Organizações da Sociedade Civil (OSCIP) diversas.
Tecnologia da Informação		x		A DGPCF encontra-se atendida em parte, considerando a necessidade de scanners de mesa mais modernos e eficazes, além de impressoras de melhor capacidade, especialmente coloridas.
Infraestrutura	x			

LEGENDA:



Atende



Atende em Parte



Não Atende

9. CONCLUSÃO / COMENTÁRIOS GERAIS

- ✓ **A Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças tem por missão “gerir, de forma eficiente, os recursos orçamentários e financeiros necessários à prestação jurisdicional”. Desse modo, no primeiro semestre de 2022 esta Diretoria promoveu medidas que visam ao fortalecimento do Planejamento Orçamentário e Financeiro, bem como à modernização da Gestão Fiscal do PJERJ.**
- ✓ **Não obstante as dificuldades encontradas na implementação e adaptação do processo eletrônico, face ao quantitativo do acervo do DEGAR/DGPCF, com cerca de aproximadamente 260 mil processos**



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

administrativos acautelados no setor, a equipe do DEGAR neste 1º semestre de 2022 exerceu suas atividades quais sejam:

- * Continuidade do desenvolvimento do novo sistema de cobrança administrativa (SISCOB), junto à DGTEC;
- * Execução dos novos processos de trabalho, iniciados no final de 2021, tais como, os trâmites do processamento de mandados de transferência de dívida ativa e a restituição de valores recolhidos a favor do FETJ através de processo eletrônico (SEI);
- * Manutenção de todos os canais de atendimento criados durante a pandemia COVID, ou seja, não estamos mais restritos ao atendimento telefônico e presencial através do balcão, facilitando o acesso de todos os usuários deste Poder Judiciário;
- ✓ A ASPLO/DGPCF está envidando esforços para continuar mantendo em paralelo os controles orçamentários, através do SCO (Sistema de Controle Orçamentário interno) com o GRP, até que os relatórios e lançamentos gerados pelo GRP estejam alinhados com o SCO e, conseqüentemente, com o SIAFE-Rio;
- ✓ No 1º Quadrimestre de 2022, o PJERJ estabeleceu o índice de 3,66% da RCL, respeitando assim, todos os limites descritos na Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101/2000).
- ✓ Por fim, em 2021, bem como no primeiro semestre de 2022, foi dada continuidade à gestão financeira e orçamentária responsável, seguindo os padrões de austeridade já praticados pelo PJERJ, tendo em vista o estado calamidade pública financeira do Estado do Rio de



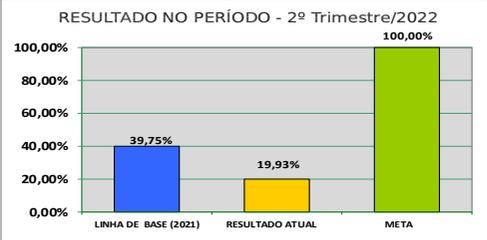
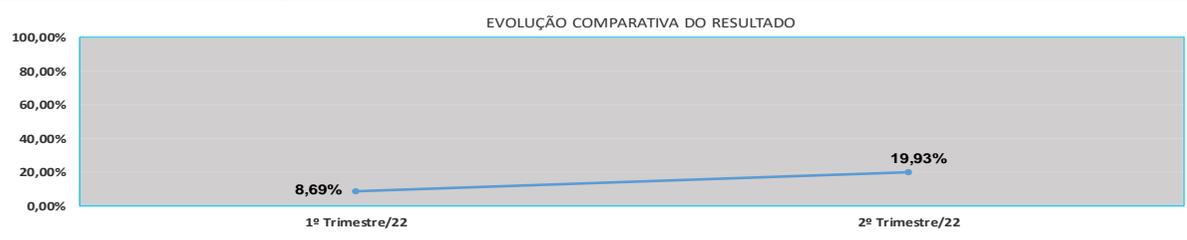
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Janeiro, bem como a PANDEMIA-COVID 19 que alterou os cenários econômicos e financeiros não apenas do PJRJ, mas de todos os entes da federação.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) DO 1º SEMESTRE - 2021

10. ANEXO I – PLANILHAS DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS- IE 48- (2º Trimestre-2022)

UNIDADE ORGANIZACIONAL		DGPCF/ASPLO	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO	X	INDICADOR DE PROJETO		INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO		INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE	
TEMA		ORÇAMENTO E FINANÇAS			OBJETIVO ESTRATÉGICO		APRIMORAMENTO DA GOVERNANÇA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DO PJERJ			
INDICADOR		ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ESTRATÉGICO (IE – 48)			PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE					
FINALIDADE		ACOMPANHAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS DO PJERJ						CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO		Acumulado
PERIODICIDADE		trimestral	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO	X	INDICADOR DE DESEMPENHO		INDICADOR DE EFICIÊNCIA		INDICADOR DE EFETIVIDADE	
FÓRMULA		(Valor executado nas iniciativas estratégicas) / (Valor disponibilizado para tal)						SENTIDO DE MELHORIA		MM
META		Executar 100% das iniciativas estratégicas previstas no orçamento de 2022				ORIGEM DOS DADOS		Plano de Ação Governamental - PAG Biênio 2021/2022	UNIDADE DE MEDIDA	Percentual
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	2022	1º Trimestre/22		2º Trimestre/22		3º Trimestre/22		4º Trimestre/22		Resultado no Per.
		8,69%		19,93%						19,93%
RESULTADOS NO PERÍODO										
LINHA DE BASE (2021)		39,75%								
RESULTADO ATUAL		19,93%								
META		100,00%								
EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO RESULTADO										
ANÁLISE CRÍTICA		Admitindo-se como parâmetro um percentual de execução de 25% para cada trimestre, bem como um desvio de 5 p.p. para mais ou para menos, o nível de execução ao final desse 2º trimestre deveria se situar entre 45% a 55%. Através dos dados apurados em julho de 2022, com faturamentos atualizados, na sua grande maioria, até o mês de maio de 2022, depreende-se que o valor total liquidado atingiu o percentual de 19,93% do valor total da dotação prevista para os projetos estratégicos, não se alcançando, assim, a meta estabelecida de 50%. Ressalta-se que a referida execução é sobremaneira influenciada pela inexecução do Projeto Estratégico Atualização do Parque Tecnológico (continuidade), o qual representa 47,90% do valor total previsto do PAG 2021/2022, em 2022, e apresentou execução de 14,15% em relação ao valor previsto, este influenciado sobremaneira pela inexecução do valor total previsto da ação de Aquisição de Microcomputadores, Scanners, Servidores x86 Blade, Switches de pequeno porte e de Solução Backup; bem como pela inexecução das Ações Operacionais relacionadas às obras, que corresponde a 10,61% do valor total previsto do PAG 2021/2022, em 2022 e, até o presente momento, não apresentou execução, sendo este influenciado pela inexecução do valor total previsto das seguintes ações: Climatização das Centrais de Água Gelada CAG da Lâmina I e Construção de Prédios para o Núcleo de Atendimento Integrado - NAI, Vara da Infância e da Juventude - VIJ, Vara de Execução de Medidas Socioeducativas - VEMSE e do Departamento de Transportes - DETRA. Obs: Valores liquidados extraídos do SIAFE-RJ - posição 12/07/2022.								
AÇÕES GERENCIAIS		Os projetos estratégicos/ações operacionais que apresentaram percentuais incompatíveis para o período, continuam a ser observados detidamente por parte da DGPCF-ASPLO.								
Responsável pela emissão do relatório:		Leonardo Pacheco Böhme - 1057131			Responsável (aprovação e divulgação):		Ana Paula Varges - 01/23540		Data: 13/07/2022	